

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

FERNANDA GONÇALVES

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE
ANÁPOLIS

ANÁPOLIS – GO

2018

FERNANDA GONÇALVES

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE
ANÁPOLIS

Artigo apresentado à Coordenação da
Faculdade Católica de Anápolis para obtenção
do título de Especialista em Docência
Universitária orientado pela professora Ma.
Allyne Chaveiro Farinha

ANÁPOLIS - GO

2018

FERNANDA GONÇALVES

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE
ANÁPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Especialização em Docência
Universitária – turma 19, da Faculdade Católica de
Anápolis como requisito para obtenção do título de
Especialista.

Anápolis-GO, 20 de outubro de 2018.

APROVADA EM: ____/____/____NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Ma. Allyne Chaveiro Farinha
ORIENTADORA

Professora Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
CONVIDADA

Professor Me. Halan Bastos Lima
CONVIDADO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE ANÁPOLIS

Fernanda Gonçalves ¹

Allyne Chaveiro Farinha ²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo a análise da prática do estágio na formação docente a fim de compreender quais contribuições, a título de experiências, esse período traz para o futuro professor, e como poderá cooperar na atuação deste em seu trabalho voltado para a inclusão. Partindo do pressuposto, que o professor sente medo, insegurança e sente-se despreparado quando se refere à inclusão de alunos com deficiência independente de qual seja esta, buscou-se entender como esse discente do curso de Pedagogia, futuro professor, poderá, apesar do tempo curto oferecido para o desenvolvimento de estágio, agregar à sua formação experiências direcionadas para a inclusão que favoreçam na sua atuação profissional, atendendo às Políticas educacionais que visam a igualdade e permanência de todos os alunos na escola. A fim de alcançar estes objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica aliada a pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionários aos acadêmicos do último período de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior Privada da cidade de Anápolis-Go. Através das respostas obtidas, foi possível compreender alguns caminhos que ajudarão professores e alunos a superar tais problemas concernentes à formação básica do professor voltado para a Inclusão, como: orientação a respeito de estagiar em escolas inclusivas, apoio do orientador e da instituição em fazer parcerias com escolas inclusivas, estagiários que se esforçam em fazer parte do processo de inclusão.

Palavras-chave: Estágio. Formação. Inclusão. Professor.

INTRODUÇÃO

A Inclusão dos alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual, múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (autista) e altas habilidades é lei (LDB 9.394/1996 - art. 59) e cada dia se torna realidade nas escolas públicas o aumento gradativo dessa clientela por causa da efetivação das políticas de educação inclusiva. A proposta é oferecer um ensino de qualidade, que respeite as diferenças e características de cada aluno, sem ser excludente tendo em vista desenvolver as habilidades dentro da limitação de cada um,

¹ Autora: Fernanda Gonçalves – graduada em Letras pela UEG, Anápolis –Go
E-mail: fnanda_1@hotmail.com

² Orientadora: Ma. Allyne Chaveiro Farinha
E-mail: allyne.chfarinha@gmail.com

garantindo sua formação escolar, sua integração no mercado de trabalho e sua vivência social. De acordo com Diniz (2012, p. 33) “O princípio fundamental da Educação Inclusiva, consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter.” Almeida (2006, p. 23) reforça a ideia de que “A ação educativa deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação.”

O desafio Docente da Educação Básica na atualidade é o de conseguir oferecer um ensino de qualidade, com equidade, inovador para alunos sem e com Deficiência. Contudo, as dificuldades enfrentadas na realização dos trabalhos estão ligadas a vários fatores, mas gostaria dar ênfase à formação dos professores, seja ela na graduação ou em cursos de especializações. Existe uma insegurança da parte docente para o desenvolvimento do seu ofício quando se depara com a Inclusão. A falta de preparação adequada no curso de formação inicial com relação à experiência prática e a presença de profissionais especialistas em Educação especial - Professor de apoio, intérprete de libras, intérprete de Braille e outros - pode despertar no professor, titular da sala de aula, uma angústia por se sentir incapacitado para a realização do trabalho. Alonso (2013) afirma que:

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem a todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação de professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com necessidades educacionais especiais (ALONSO, 2013, online).

Neste sentido, evidencia-se como a formação inicial é importante para a preparação do docente, e esta deve estar pautada em uma vivência deste futuro professor na escola, pois segundo Rocha (2010, p.53) “A convivência diária na escola permite o desenvolvimento do conhecimento mútuo entre professores e alunos. Desse conhecimento se constroem atitudes justas, positivas e eficientes.”.

Diante disso, buscou-se investigar se as práticas de estágio voltadas para a formação do Pedagogo têm preparado este futuro professor para atuar na Educação Inclusiva, uma realidade das escolas públicas da educação básica. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que conforme Heerdt (2007, p. 67) “é aquela que se desenvolve tentando explicar o problema através de teorias já publicadas em diversas fontes: livros, artigos, revistas, sites específicos sobre o assunto em estudo.”

Além disso, empreende-se uma análise reflexiva sobre a contribuição da prática do estágio para o aprimoramento docente, de acadêmicas do último período do curso de

pedagogia, de uma Instituição de Ensino Superior de Anápolis - Go, diante dos desafios de atender alunos com deficiência - intelectual, física, auditiva, visual, múltipla, com transtornos globais do desenvolvimento (autista) e altas habilidades - cujo cenário cotidiano é a sala de aula do ensino regular, de 1º ao 5º ano da escola pública.

Procurando encontrar respostas a partir de experiências vivenciadas no dia-a-dia escolar através da prática docente, esta pesquisa buscou compreender sobre quais são as contribuições da prática do estágio para a vida profissional, do docente recém-formado, diante dos desafios da inclusão. Nas Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior destaca-se que:

A educação básica deve ser inclusiva, ou seja, deve atender a uma política de integração dos portadores de necessidades especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores inclua noções relativas ao atendimento a esses alunos (BRASIL, 2000, p. 33)

Nesta perspectiva, ressalta-se a importância deste estudo ao promover uma reflexão sobre a formação docente para a educação básica, especialmente no que tange a Educação Inclusiva, uma obrigação legal que precisa ganhar efetividade pelo trabalho docente.

Para uma melhor apresentação desta pesquisa, inicialmente expõe-se os aspectos legais da Educação Inclusiva e posteriormente explana-se sobre a formação docente aliada ao Estágio supervisionado obrigatório. Por fim, apresenta-se a metodologia e análise dos dados coletados.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO

A educação tem como objetivo trabalhar o desenvolvimento pleno do indivíduo para que este esteja, no futuro, preparado para efetuar o exercício da cidadania com qualidade e eficiência. Almeida (2006, p.168) frisa que “A educação inclusiva, na realidade brasileira, deixa de ser apenas desejo daqueles que aspiram por uma sociedade sem exclusão e passa a ocupar espaços nos discursos oficiais e nas políticas públicas de inclusão.” Todos nós temos direito à educação! É o que diz os artigos 205 e 206, da Constituição Federal Brasileira de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

A Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente também afirma que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Muitas pessoas enfrentam problemas que dificultam sua permanência na escola, e neste artigo aborda-se em específico das pessoas com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual, múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (autista) e altas habilidades. Na tentativa de garantir e cuidar do acesso e permanência dessas pessoas na escola, conforme cita o MEC no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (MEC/SEE, 2008, p. 6)

Essa lei foi criada para organizar a forma do tratamento desses alunos nas escolas especiais. Em 1973, é criado o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial - que consoante o (MEC) era “responsável pela gerência da educação especial no Brasil.”. Em 1988 a Constituição Federal Brasileira também apresenta sua preocupação com a educação para TODOS no (art.3º, inciso IV) ”promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No ano de 1994, a declaração de Salamanca (p. 01) proclama que:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994, p.01)

Segundo o MEC/SECADI (2007, p. 11) “a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.”, com a finalidade de assegurar que esse aluno tenha fácil acesso e dê seguimento aos seus estudos como diz o documento do MEC:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC/SEESP, 2007, p.8)

Em 2015, foi instituída a LEI Nº 13.146, (BRASIL, lei Nº 13.146/2015) - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa atender e defender as necessidades da pessoa com deficiência resguardando-lhe o fácil acesso a uma educação inclusiva e, que esta, o ajude a alcançar o máximo de seu desenvolvimento conforme escrito:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Além desses, muitos outros documentos legais dão suporte e endossam prioridades para o trabalho com a Educação inclusiva. Daniela Alonso diz em seu artigo: Os desafios da Educação Inclusiva: Foco nas redes de apoio que:

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar (ALONSO, 2013, *online*).

Desta forma, espera-se que os futuros docentes estejam preparados para desenvolver as potencialidades de seus alunos, dando a eles a possibilidade de acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva. E, sem dúvidas uma boa formação é a base para que isto aconteça.

3 FORMAÇÃO DOCENTE

Quando se pensa em Inclusão, em qual tipo de profissional pode se acreditar que, provavelmente, é capaz de conduzir esse processo educacional? Com certeza pensa-se em professores preparados e capacitados para receber alunos com deficiência - (intelectual, física, auditiva, visual, múltipla) com transtornos globais do desenvolvimento (autista) e altas habilidades - e desenvolver com eles um trabalho de excelência que os ajude no desenvolvimento escolar, social e que os prepare para um futuro no qual possam ser inseridos no mercado de trabalho e tenham sucesso. Porém, o que se encontra, é bastante diferente conforme afirma Mittler (2000, *apud* RODRIGUES, 2017) no artigo “O que é educação inclusiva? Um passo para a inclusão escolar, Instituto Itard – cursos de Educação Especial”

Os professores de ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aulas, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguem por realizar unicamente esse atendimento e exageram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

As autoras do artigo *Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores* Duek e Naujorks fazem a seguinte afirmação:

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais no ensino regular tira do professor a sensação de estar em um mundo conhecido, seguro, conduzindo-o a outro e expondo-o ao desconhecido. Por isso a experiência junto a esse aluno, quando está em desacordo com o autoconceito do professor, é percebida como uma ameaça à sua identidade e autoestima. Professores pouco seguros de sua potencialidade apresentam maior dificuldade em aceitar o “novo” e com medo ou receio de não conseguirem atender à demanda que este alunado exige, acabam por construir durante o seu percurso profissional, imagens e autoimagens distorcidas e que não tem ligação com a realidade, afetando o modo como percebem a si mesmos e ao outro. (DUEK; NAUJORKS, 2004)

Estar diante do desconhecido, causa muita aflição. O professor não consegue ver seu potencial para atender alunos da inclusão. O medo de não conseguir, de não ser bom o suficiente torna-o refém de conceitos pré-formados e limita sua prática profissional. Essas sensações podem surgir por deficiências da formação inicial para docência.

Segundo a revista de inclusão do (MEC/SEESP, 2001) “A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências.” Entretanto, ela encontra sérias dificuldades na estrutura física das escolas, nos materiais pedagógicos, equipamentos, aceitação da sociedade no professor, que se revela cheio de medo e insegurança com o que irá enfrentar. Ramos (2010, p.28) transcreve a fala de uma professora que expressa sua angústia frente ao desafio: “Já não bastando às dificuldades que nós, professores, encontramos, ainda nos jogam esta BOMBA na cabeça!” Sobre isso, Almeida (2006, p.21) destaca:

Assim como a sociedade em geral, os professores falam da importância de perceber as diferenças, mas eles também não convivem bem com o diferente, com o deficiente. Diante do indivíduo que possui alguma ‘anormalidade’ ainda prevalece uma reação negativa, pois a diferença é vista como um desvio do padrão de normalidade aceito pela sociedade e isso provoca medo, curiosidade, constrangimento ou mesmo comiseração.

Para o educador, são muitos os desafios, no entanto o de atender alunos com deficiência é o maior porque ele está lhe dando com uma vida que precisa de atenção diferenciada, porém, que não pode se sentir discriminada. Embora o professor regente nem sempre esteja sozinho para desenvolver seu trabalho, pois há uma equipe pedagógica que lhe dá suporte, e alguns casos específicos de alunos com deficiência tem direito a um professor de

apoio dentro da sala de aula, o docente que está no comando da turma, na maioria das vezes, não se sente confiante e habilitado para tal exercício. Ramos (2010, p. 27) cita que:

De um lado, a teoria orientava para a prática inclusiva; de outro, ocorreram alguns equívocos. A escola regular mostrou-se fragilizada e incompetente para lidar com essa mudança. Foi exatamente nesse vazio que se instalaram práticas incorretas – como a invasão da escola pelos especialistas de diversas áreas, com o propósito de capacitar os professores para a ‘educação especial’.

O Ministério da Educação reconheceu em seu Documento Subsidiário À Política da Inclusão, que:

A formação dos professores também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional. O ‘despreparo dos professores’ figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola. (MEC/SEE, 2005, p.28)

É necessário de acordo com o MEC repensar a formação docente urgente. Se faz necessário ter profissionais preparados para o atendimento educacional de excelência aos alunos com deficiência que estão chegando nas escolas de ensino regular. De acordo com a revista de Propostas e diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior do (MEC, 2000, p.5)

Dentre as exigências que se colocam para o papel docente destacam-se:

- . orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- . responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos;
- . assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- . incentivar atividades de enriquecimento curricular;
- . elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- . utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- . desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

O professor que assume uma sala é responsável pelo desenvolvimento dos alunos que atende. De acordo com as diretrizes, cabe a ele a responsabilidade do sucesso do aluno. É preciso estar preparado para assumir alunos de diferentes níveis e necessidades incentivando e colaborando para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça com triunfo. De acordo com a LDB, art. 13 o professor precisa “zelar pela aprendizagem dos alunos” ela assegura os direitos da pessoa com deficiência ao ingresso nas instituições escolares de ensino regular, mas também confere, ao professor, diretrizes que norteiam sua vida profissional para o desenvolvimento do trabalho. A LDB (BRASIL, 1996) diz:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, artigo 5º declara que o docente deverá: “X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;” (BRASIL, 2006). A formação inicial é a base para o exercício do trabalho. Ela precisa dar suporte para esse profissional atender todos os níveis da educação básica, contudo, a pergunta que se faz ao analisar esse trecho da LDB: A associação da teoria com a prática durante o estágio tem sido eficiente para colocar esse profissional que está se formando, na atuação em sala de aula com alunos da inclusão? Silva e Urbanetz (2013, p.32) evidenciam que:

[...] para garantir a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais, não apenas como acesso, mas como permanência e prosseguimento nos estudos, é importante que o sistema de ensino organize a estrutura física das escolas, dos equipamentos, dos materiais diversos, bem como é necessário o investimento em recursos humanos e, principalmente na formação dos profissionais da educação.

Nápolis (2007, p. 06) afirma no artigo A formação docente num contexto de inclusão que “[...] a formação dos profissionais da educação caracteriza-se como elemento essencial para a efetivação de uma escola inclusiva, dentro dos princípios que a norteiam hoje como política de educação.” É necessário se preocupar com a formação do professor. Ele precisa estar bem preparado em conhecimento teórico e prático para que esse processo de ensino aprendizagem aconteça com êxito. Rocha diz que:

O professor deve estar preparado para sua função, que é a de promover o desenvolvimento de seus alunos. Para isso, precisa ter conhecimento dos conteúdos específicos e, na mesma proporção, das práticas pedagógicas disponíveis. Melhor dizendo, o professor tem de conhecer os processos que envolvem a relação ensino/aprendizagem e não somente os conteúdos específicos das disciplinas que leciona (ROCHA, 2010, p. 61).

Rodrigues do instituto Rodrigues Mendes declara em seu artigo Educação Inclusiva e formação docente que “A formação inicial se resume a uma disciplina que não consegue atender à complexidade do tema e a formação continuada precisa ser discutida e aliada a ações de pesquisas e extensão.” Dessa forma, acredita-se que a formação inicial dos professores do curso de pedagogia não se faz suficiente para fazer desses profissionais capacitados para o atendimento específico à inclusão. Levando essa deficiência em consideração, faz-se necessário que estes frequentem cursos de especializações para tentar suprir as lacunas.

O MEC no Documento Subsidiário à Política de Inclusão declara que “A formação dos profissionais da Educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de

ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.” (MEC/SEE, 2005, p. 21). É preciso dar mais importância para a formação desses profissionais, principalmente quando estes serão responsáveis por tantas vidas que são extremamente dependentes de alguém para conduzi-las no caminho do desenvolvimento do saber.

3.1 FORMAÇÃO DOCENTE: O ESTÁGIO

O estágio curricular é obrigatório para a conclusão do curso de Pedagogia. É através dele que o futuro professor começará a conhecer o que é o ambiente escolar. Todavia é necessário entender sua importância para a construção do conhecimento que será a base para o profissional da educação desenvolver seu trabalho pedagógico.

Diferente do exercício profissional de outros profissionais, como, por exemplo, os médicos dos quais se exige que tenham cumprido um estágio curricular e um estágio profissional, entendidos como componentes da base de formação, o exercício profissional de professores no Brasil, desde suas origens, requer o cumprimento apenas do estágio curricular.

Talvez por isso tenha se criado a expectativa de que o estágio deve possibilitar a aquisição da prática profissional, especialmente a de dar aulas. (PIMENTA, 2009, p.21)

Pimenta (2009) ressalta que o estágio curricular é compreendido como suficiente para o desenvolvimento da prática profissional, no entanto é perceptível em sua fala, que existe uma má interpretação dessa atividade. Não apenas o curricular, contudo o estágio profissional que permita a expansão das habilidades metodológicas que auxiliem esse docente na resolução prática de problemas relacionados ao processo de ensino/aprendizagem.

Silva e Urbanetz (2013, p. 26) explicam que “O estágio é um dos componentes curriculares obrigatórios para a obtenção do certificado de licenciatura em pedagogia, e deve ser realizado no decorrer do curso, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica.”

No curso de formação inicial para pedagogo, o contato com o aluno alvo do exercício de ensino é realizado no estágio. É nesse momento que o futuro professor-aluno deverá tomar conhecimento do que é uma sala de aula. Entretanto como se observa na fala de Pimenta (2009) anteriormente citada, esse aluno-professor apenas terá noção do que será seu trabalho. Neste sentido, Silva (2014, p. 09) afirma: “Tal fato evidencia a necessidade de que os alunos de cursos superiores tenham oportunidades concretas de vivenciar o exercício da profissão que escolheram [...]”

Para Veiga e Viana (2010, p.19) “Docência é uma atividade que exige vários conhecimentos e aprendizagem ao longo da prática educativa, bem como o domínio dos conhecimentos do campo científico no qual se situa a disciplina, dos conhecimentos

pedagógicos e dos conhecimentos experienciais.”. A experiência é fundamental para que o futuro mestre consiga solucionar problemas que vão surgindo no cotidiano escolar. Problemas tanto ligados à aprendizagem, quanto à forma de se relacionar com alunos que necessitam de atenção diferenciada.

O docente em estágio precisa desenvolver na escola-campo, por meio do contato com os demais professores habilidades e conhecimentos que o permitam atender seus alunos em suas especificidades. Conforme o MEC, em Propostas de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação básica em cursos de nível superior:

Outro problema refere-se à organização do tempo dos estágios, geralmente curtos e pontuais [...] Além disso, é completamente inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final do curso, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho de professor, nem permite um processo progressivo de aprendizado. (BRASIL, 2000, p. 30)

O conhecimento é construído a partir das experiências de vida que cada ser obtém. Um período curto de estágio não se faz suficiente para conferir ao aluno/professor destreza para sanar dificuldades no dia-a-dia de uma sala de aula cheia de alunos com capacidades diferentes. Conhecimentos teóricos são importantes: é base científica. Contudo é importante viver na prática experiências que ajudem a construir um ensino que tenha significado para o aluno e que esteja o mais próximo possível de sua realidade. Um período curto de estágio pode comprometer o trabalho docente quando se trata da inclusão. Silva (2014) menciona que:

No caso específico de ensino superior para a formação de professores [licenciatura], tal como em Pedagogia, a reflexão sobre a prática docente, por meio do Estágio Supervisionado, é fundamental para que as problemáticas existentes no interior das escolas aflorem aos olhos dos alunos, viabilizando uma análise da realidade à luz da teoria escondida em sala de aula. (SILVA, 2014, p.10)

A teoria não pode ser trabalhada de forma isolada da prática. Cada aluno é um ser com individualidades que a teoria não pode prever. O conhecimento construído em cada aula ministrada é indispensável para que o professor atenda a necessidade exata do seu educando. Sem a bagagem que se adquire ministrando aulas, o futuro mestre encontrará muitas dificuldades para desenvolver seu trabalho.

Para que o professor em formação consiga desenvolver, no futuro, um trabalho com olhar diferenciado para a inclusão, é importante que no período de estágio ele consiga cumprir-lo em escolas que já trabalham com alunos da inclusão. Neste sentido:

[...] o estágio em educação especial é elemento importante para a sua formação inicial, futuro pedagogo/professor, por representar um período de aproximação com o contexto em que você atuará, ao promover vivências diversas no ambiente escolar, que permitem observar a estrutura, a organização e o funcionamento da escola em

movimento e, mais especificamente, possibilitar a você, a oportunidade de refletir necessidades e potencialidades dos alunos, e a perspectiva de construir uma prática docente em que todos se sintam acolhidos (SILVA; URBANETZ, 2013, p. 29-30)

As autoras acreditam que a vivência diária com o aluno-alvo oportuniza o professor a adquirir conhecimento de causa que o ajudará na construção da sua prática e de metodologias que o direcionarão no desenvolvimento do trabalho com alunos deficientes de maneira que estes se sintam bem assistidos. Mas conforme citam os autores Zapparoli e Berbat, no artigo Estagiários como mediadores na inclusão em educação:

No caso dos estágios curriculares supervisionados (infantil, fundamental, EJA, normal médio e gestão) do curso de licenciatura em pedagogia da universidade, não existe um estágio específico para a educação especial, pois, de acordo com a legislação educacional em vigor, os estágios também precisam adequar-se à inclusão, ou seja, dar conta de fazer com que o aluno tenha a experiência da educação especial quando realizar os respectivos estágios em sua formação. (ZAPPAROLI; BERBAT, 2013, p.12)

Os Estágios ainda precisam ser reestruturados de forma que o aluno estagiário tenha vivências específicas voltadas para a inclusão. Quanto ao período a ser cumprido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura conforme a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, definem que

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (BRASIL, 2006, p. 04)

LDB (BRASIL, 1996) “Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.” Além de tantos problemas relacionados às vivências do professor aluno no estágio também pode existir barreiras concernente a “trezentas horas de prática”. Esse tempo, para a formação de um profissional que irá assumir uma sala de aula provavelmente lotada e com alunos da inclusão chegando cada dia, como já foi mencionado anteriormente pode comprometer o exercício docente. A Lei, dos estagiários, Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Afirma que:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. (BRASIL, 2008, p.01)

Vale ressaltar que a Lei diz que o “estagio é a preparação para o trabalho produtivo.” Como um trabalho poderá ser produtivo se não for oferecido a esse formando tempo e condições favoráveis que contribuam para a aquisição de sabedoria para seu trabalho? Estar atento para a Inclusão hoje, é obrigação, é Lei. O profissional da educação não pode ignorar o direito já conquistado com tanta luta para garantir igualdade para pessoas com deficiência. É preciso estar pronto para esse aluno e lembrar que “A ação educativa deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação.” (PIMENTA, 2006, p. 23). Se o professor não estiver preparado para o atendimento à inclusão, ele fará com que esse aluno em específico se sinta mais excluído do que antes fora.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho de cunho exploratório utilizou-se inicialmente da pesquisa bibliográfica, a partir da análise de leis, livros, artigos e revistas educacionais, para dar credibilidade ao usar argumentos teóricos a fim de compreender sobre a Educação Inclusiva e principalmente do processo de formação inicial de professores para a educação básica, por meio da análise do estágio obrigatório curricular. Com o objetivo de verificar se esta disciplina tem preparado os futuros docentes para o exercício educacional, aplicou-se um questionário às alunas que estão concluindo o curso de Pedagogia de uma determinada Instituição, privada, de ensino de Nível Superior de Anápolis, Goiás. Conforme Mascarenhas cita em seu livro de Metodologia Científica:

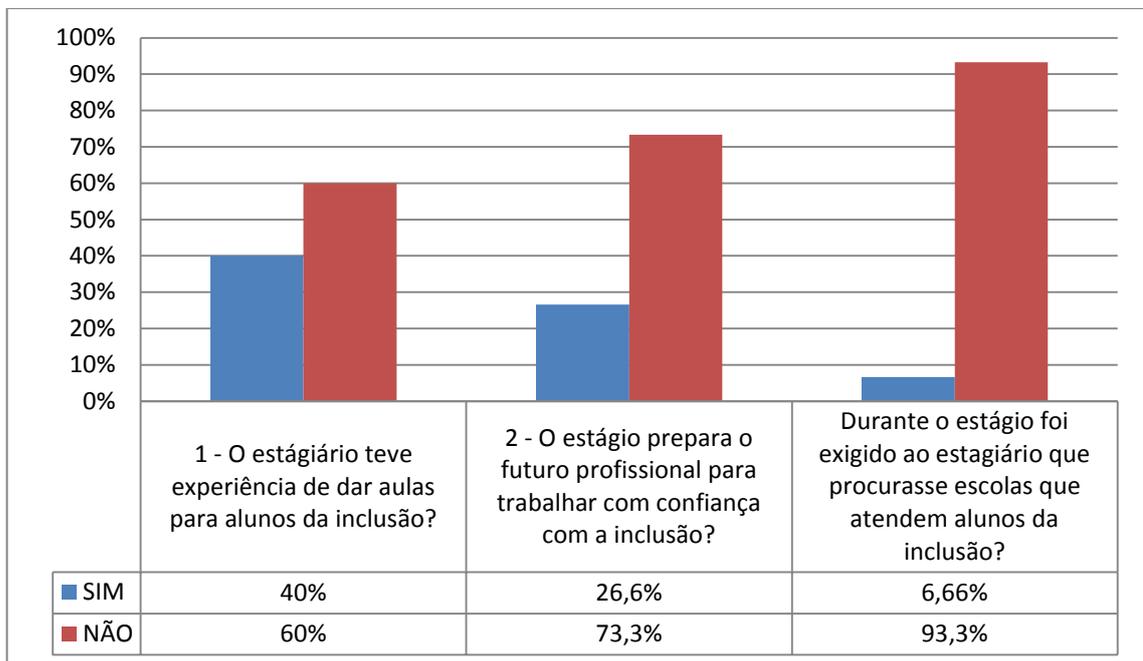
O questionário é um instrumento ideal quando queremos medir dados com maior precisão. Aqui o papel do pesquisador é formular as perguntas que serão, depois, respondidas no papel pelo participante. Normalmente, o questionário pode ser enviado ao participante pelo correio, pela internet ou respondido presencialmente. (MASCARENHAS, 2012, p. 81, *online*)

No caso do questionário, desta pesquisa, foi aplicado presencialmente e as discentes foram escolhidas, pois ao estar findando o curso, de Pedagogia, já cumpriram a maior parte de seus estágios e disciplinas podendo assim realizar uma análise mais madura e coerente de sua licenciatura. Os questionários (Apêndice A) com perguntas objetivas e uma questão subjetiva foram aplicados a uma turma concluinte que possuía quinze estudantes, todas do sexo feminino, e nenhuma se recusou a participar da pesquisa. O curso a qual frequentam iniciou-se em 2013 e já formou duas turmas.

4. 1 ANÁLISE DE DADOS

O gráfico a seguir foi construído a partir das informações coletadas através do questionário, acima citado, e possibilita ter uma visão do ponto de vista que cada estagiária obteve a partir das experiências vividas durante o período prático do estágio. Os dados citados são verídicos e não há manipulação quanto aos resultados.

Gráfico 1: O Estágio e a Inclusão



Fonte: Pesquisa realizada em Agosto de 2018.

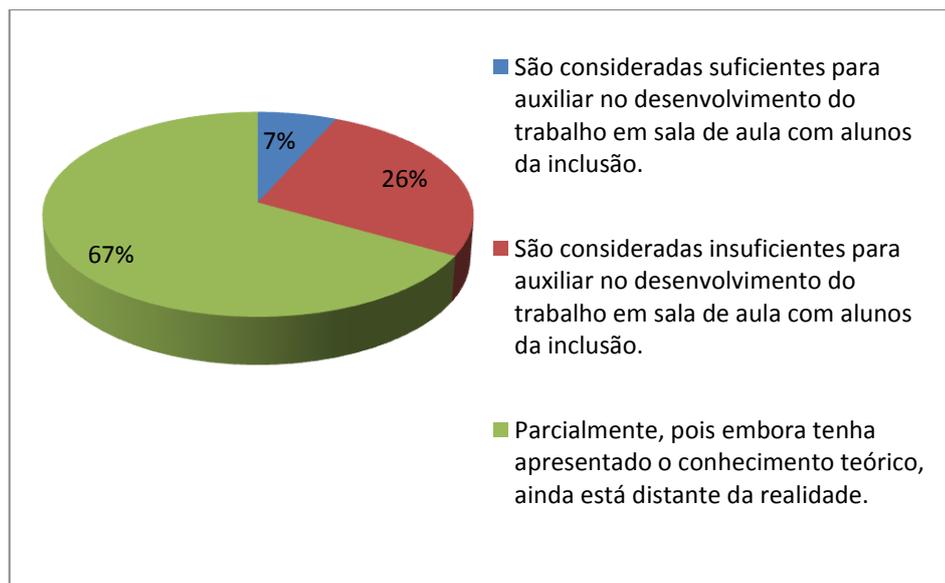
É possível notar nos dados acima, que as alunas estagiárias que responderam ao questionário, na grande maioria, não tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento de uma sala de aula que tenha no cotidiano alunos da inclusão e que não foram orientadas a procurar tais escolas para o cumprimento do estágio. Entretanto, Veiga e Viana (2010, p.19) citados no decorrer da pesquisa, defendem a ideia de que o professor precisa vivenciar de

forma concreta experiências que lhes auxiliem na profissão que escolheram. Silva e Urbanetz (2013, p.29-30) ressaltam ainda que “o estágio em inclusão é elemento importante para a formação inicial”, pois este é o exato momento que proporcionará ao futuro profissional da educação o conhecimento que o auxiliará na prática do seu exercício como professor.

O item 2 do gráfico em análise, confirma a afirmação de Mittler (2000, *apud* Rodrigues, 2017), que “os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aulas” ou seja não se sentem seguros, confiantes para trabalhar com tais alunos. Não tiveram experiências anteriores que possibilitem a eles se sentirem aptos para essa realidade tão cheia de complexidades. A afirmação de Almeida (2006, p.21) destaca que “os professores falam da importância de perceber as diferenças, mas eles também não convivem bem com o deficiente [...] isso provoca medo, curiosidade, constrangimento ou mesmo comiseração.”. Se os estágios se adequassem à inclusão, esses profissionais pelo menos estariam mais em contato com essa realidade e isso poderia ajudá-los a se sentir mais confiantes para desenvolverem seu trabalho.

É claro que ninguém nunca vai saber tudo a respeito da inclusão, pois cada aluno trará sempre novas experiências, todavia estar bem preparado contribuirá na autoestima do professor em relação à capacidade de fazer um bom atendimento a esses alunos que estão presentes cada dia mais nas salas de aulas das escolas públicas, do ensino regular.

Gráfico 2: Disciplinas voltadas para a Inclusão no curso de Pedagogia



Fonte: Pesquisa realizada em Agosto de 2018.

No Gráfico 2, as estagiárias, ao analisarem as disciplinas específicas sobre inclusão que fizeram no curso de Pedagogia, 67% consideraram-nas parcialmente suficientes para

auxiliar no desenvolvimento do trabalho em sala de aula com alunos da inclusão pois embora tenham apresentado o conhecimento teórico, ainda estão distantes da realidade. De acordo com a citação de Rocha (2010, p. 61) já discutida neste artigo, “[...] o professor deve estar preparado para sua função, que é a de promover o desenvolvimento de seus alunos. Para isso precisa ter conhecimento dos conteúdos específicos e, na mesma proporção, das práticas pedagógicas disponíveis.” Se o estágio não proporcionar práticas próximas da realidade escolar, não trará contribuições para que o futuro docente consiga solucionar conflitos e ofereça aos seus alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Zapparoli e Berbat (2013) sustentam a teoria de que “[...] não existe um estágio específico para a educação inclusiva, pois de acordo com a legislação educacional em vigor, os estágios também precisam adequar-se à inclusão [...]” então, o aluno-professor deverá, para contribuir com sua formação, procurar escolas que atendam alunos da inclusão.

Sobre a pergunta “Quais fragilidades você pode observar que existem no estágio a respeito do atendimento de alunos com deficiência?”, as estagiárias responderam que:

- . Muitos professores tratam os alunos com deficiência como coitadinho.
- . Falta preparo da parte dos professores regentes para esse atendimento.
- . O estágio, na maioria das vezes é superficial.
- . Falta apoio das escolas públicas ao estagiário.
- . Muitos estagiários não tiveram a oportunidade de vivenciar a prática com alunos da inclusão (AGOSTO/2018)

Nestes aspectos levantados pelas acadêmicas, nota-se como o estágio ainda está distante de uma real preparação do futuro docente. Sobre isso, Pimenta e Lima alegam que:

O estágio é praticado de modo burocrático, sem ligação com as disciplinas do curso, resumindo-se a uma observação ou entrevista que em geral não é preparada. Considere-se ainda que o estagiário, quando recebido nas escolas, é frequentemente visto como um estorvo às rotinas estabelecidas. Assim compreendido, o estágio realmente pode ser inútil aos professores-alunos. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 126)

São inúmeras as fragilidades encontradas no estágio e é preciso que as instituições de ensino se preocupem em ajudar os estagiários dando melhor auxílio no que se refere à inclusão. Diniz (2012, p.101) expõe seu ponto de vista sobre o estágio proferindo que “[...] os estágios, de maneira geral, acabam por se configurar em atividades distantes da realidade concreta das escolas, resumindo-se muitas vezes, a miniaulas na própria universidade e a palestras proferidas por profissionais convidados.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com deficiência - intelectual, física, auditiva, visual, múltipla, com transtornos globais do desenvolvimento (autista) e altas habilidades – precisa ser levada

mais a sério pelas instituições de ensino e pelos estagiários que após se formarem assumirão as salas de aula com alunos diversos, dentre eles os da inclusão. É preciso parar com a mentalidade de que inclusão “não existe” como muitos afirmam. Inclusão é lei, é direito e precisa funcionar na realidade prática.

Compreende-se, como já foi evidenciado neste estudo, que o Estágio determinado por lei não está obrigatoriamente relacionado a inclusão e além disso ressalta-se que sua carga horária ainda não é suficiente para uma preparação adequada do docente. Entretanto, diante de tudo isso, as instituições podem reinventar, dentro das possibilidades, suas orientações voltando-as para a inclusão e instruindo seus educandos a procurarem escolas que já tem o trabalho voltado para essa realidade, a fim de que estes possam viver nesse curto momento de estágio, de forma produtiva e coadjuvante sua prática com o intuito de que quando estiver atuando como professor regente no ensino fundamental possam desenvolver um trabalho humano, sem discriminação e que coopere para o ensino-aprendizagem do aluno da inclusão.

Tendo em vista os aspectos observados nesse artigo, entende-se que o estágio: é apenas o começo do processo de formação docente; que ele não é responsabilidade somente da instituição formadora, mas também do aluno estagiário; que apesar das fragilidades e lacunas do estágio, a dedicação do estagiário pode colaborar para que sua formação inicial lhe dê suporte para seu futuro exercício na educação. Para que este adquira mais conhecimento e experiência se faz necessário que dê continuidade ao seus estudos buscando, logo após o término da graduação, especializações específicas para a Inclusão como Pós-graduação em Educação Inclusiva e psicopedagogia.

Referente ao professor orientador do estágio supervisionado, é importante que ele instrua seus alunos a procurarem escolas inclusivas para a realização desta etapa da formação inicial, o estágio. Que também exija dos seus alunos a apresentação de atividades flexibilizadas para os alunos com deficiência que estiverem atendendo durante esse período prático. Que faça, juntamente com a instituição de ensino superior, parcerias com as escolas do ensino regular da rede pública, de 1º ao 5º ano, para que seu aluno-professor seja acolhido com respeito e consiga no período de 300 horas, exigidas por lei, atuar na maioria desse tempo como regente da turma, sem perder tanto tempo analisando documentos nas escolas, para adquirir experiências baseadas nas vivências cotidianas e se formar com mais segurança para seu trabalho futuro, no qual atenderá alunos com e sem deficiência.

O professor orientador precisa voltar seu olhar de maneira bem especial e profissional para a Inclusão. Ele precisa transmitir para seus educandos o interesse pela

causa, dedicação e ajuda-los a não temer essa realidade. Não precisa ter medo da inclusão, precisa ter coragem para validá-la e dedicação sobretudo ao fazer pedagógico.

ABSTRACT: This study aims to analyze the practice of the internship in teacher training in order to understand what contributions, by way of experience, this period brings to the future teacher, and how can cooperate in the performance of this in his work towards the inclusion. Based on the assumption that the teacher feels fear, insecurity and feels unprepared when it comes to the inclusion of students with disabilities regardless of what it is, we sought to understand how this student of the Pedagogy course, future teacher, can, despite short time offered for the development of internship, to add to their training experiences aimed at inclusion that favor their professional performance, attending the Educational Policies that aim at equality and permanence of all students in the school. In order to reach these objectives, a bibliographical research was carried out, allied to the field research, through the application of questionnaires to the academics of the last period of Pedagogy of a Private Higher Education Institution of the city of Anápolis-Go. Through the answers obtained, it was possible to understand some ways that teachers and students will be able to overcome such problems concerning the basic education of the teacher directed to Inclusion, such as: orientation regarding internships in inclusive schools, support of the counselor and the institution in making partnerships with inclusive schools, trainees who strive to be part of the inclusion process.

Keywords: Stage. Formation. Inclusion. Teacher.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Educação: diversidade e inclusão em debate** – Goiânia: Deescubra, 2006. 216 p.

ALONSO, Daniela. Artigo: **Os desafios da Educação inclusiva:** Foco nas redes de apoio. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

DUEK, Viviane Preichardt; NAUJORKS, Maria Inês. **Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores**. 2004. Acesso em 15 de out de 2018. Artigo disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1559/Duek_Viviane_Preichardt.pdf?sequence=1

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Conselho pleno. **Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006**.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2018.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm acesso em 10 de junho de 2018.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 10 de junho de 2018.

_____. Ministério da educação. Educação inclusiva: **Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro, 2008. Acesso em 10 de junho de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf Acesso em 05 abril de 2018

_____. Ministério da Educação. **Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior**. MEC, maio, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf> acesso em 05 de abril de 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal: 1988. 292 p. Acesso em 05 de abril de 2018.

_____. **Documento Subsidiário À Política da Inclusão**. Ministério da Educação. Brasília. MEC/SEE, 2005. Acesso em 05 de abril de 2018.

_____. Lei Nº 11.788, de setembro de 2008 – **Lei do estágio de estudantes** – Acesso em 26 de set de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

_____. Ministério da Educação – **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva**. MEC/SECADI, 2008. Acesso em: 29 de set de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2007. Acesso em: 28 de set de 2018, disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**/Margareth Diniz – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia Científica e da Pesquisa**: livro didático. – 5 ed. ver. e atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2007. 266 p.: il; 28 cm.

INCLUSÃO, Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/MEC. Revista Inclusão nº 5, Portal do MEC, janeiro/junho 2008 – Edição Especial. Acesso em 10 de junho de 2018.

NÁPOLIS, Stella Maris. **A formação docente num contexto de Inclusão.** 2007. Acesso em 10 de junho de 2018. Artigo disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_stella_maris_napolis.pdf

PIMENTA, Selma Garrido, 1943. **O Estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?/Selma Garrido Pimenta. – 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência.** Selma Garrido Pimenta, Maria Socorro Lucena Lima; revisão técnica José Gerchi Fusari, -7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção Docência em Formação. – Série Saberes Pedagógicos.)

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática:** Estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2. ed. - São Paulo: Summus, 2010.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. Artigo: **O papel do professor na Educação Inclusiva.** 2017. Disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> Acesso em 29 de set de 2018.

RODRIGUES, Leandro. **O que é educação inclusiva? Um passo para a inclusão escolar.** Instituto Itard: Cursos de Educação Especial. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/> Acesso em 15 de out de 2018.

RODRIGUES, Sonia Maria. **Educação inclusiva e formação docente.** Instituto Rodrigo Mendes e Diversa: educação inclusiva na prática. Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/> Acesso em 29 de setembro de 2018.

SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha - (orgs). **O Estágio no curso de Pedagogia.** [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2013. (Série TCC e estágio em Pedagogia, v.1)

SILVA, Nilson Robson Guedes. **O Estágio Supervisionado em Pedagogia – Teoria e Prática.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2014. 2 ed.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá, (orgs). **Docentes para a educação superior: Processos formativos.** Campinas, SP: Papyrus, 2010. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico) Livro eletrônico.

ZAPPAROLI, Kelen Fabiana Gubolin; BERBAT, Márcio da Costa. **Estagiários como mediadores na inclusão em educação.** Disponível em: www.ibc.gov.br/imagens/...55/nossos_meios_RBC_RevSgo2013_artigo3_55.doc Acesso em 26 de set de 2018.

MASCARENHAS, Sidney Augusto. Metodologia Científica. São Paulo: *Parson Education* do Brasi, 2012, *online*.

APÊNDICE A



Questionário de pesquisa para TCC

Prezado (a) professor (a)

O presente questionário tem a finalidade de analisar as experiências vivenciadas por professores do curso de formação inicial – em específico da Pedagogia e que estão no 6º período – no estágio. Pretende-se investigar se o Estágio prepara o futuro profissional da carreira docente para assumir uma sala de aula com alunos da Inclusão – com deficiência intelectual, auditiva, visual, física, múltipla, com transtornos globais do desenvolvimento (autista), e altas habilidades. Para que haja bom resultado, faz-se necessário que suas respostas sejam sinceras. Sua identidade será preservada em sigilo, portanto não é necessário colocar seu nome. Conto com sua colaboração e compreensão.

Agradeço desde já.

Fernanda Gonçalves – Pós-graduanda em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis.

1 – Durante sua prática de Estágio você teve a experiência de dar aula para alunos com algumas das deficiências citadas acima?

() SIM () NÃO

2 – Qual foi a maior dificuldade que você encontrou em sala de aula com alunos da Inclusão?

(A). Elaborar tarefas flexibilizadas

(B). Dar atenção diferenciada sem que o aluno se sinta excluído.

(C). Explicar conteúdo para a sala e para o aluno com deficiência ao mesmo tempo.

(D). Todas as alternativas anteriores.

(E). Outras. Quais? _____

3 – Sobre as disciplinas voltadas para a inclusão, que você fez no curso de pedagogia, como você as considera, visando a realidade de sala de aula:

(A). Suficientes para auxiliar no desenvolvimento do trabalho em sala de aula com alunos com deficiência.

(B). Insuficiente para auxiliar no desenvolvimento do trabalho em sala de aula com alunos com deficiência.

(C). Parcialmente, pois embora tenha apresentado o conhecimento teórico, acredito que esteja distante da realidade.

4 – Em relação ao estágio: Ele faz o futuro profissional apto para assumir salas de aulas com alunos da inclusão e desenvolver seu trabalho com segurança?

SIM NÃO

Explique sua resposta: _____

5 – Durante seu período de Estágio, foi exigido a você que procurasse de preferência uma escola que atende alunos da Inclusão?

SIM NÃO

6 – Quais fragilidades você pode observar que existem no Estágio a respeito do atendimento de alunos com deficiência?

Obrigada pelo seu apoio.